

## DISCURSO DE ABERTURA DO

### 13º. ENCONTRO INTERNACIONAL DE ENERGIA DA FIESP

Agradeço a todos os palestrantes, do setor público, da indústria, da academia, os pesquisadores e pensadores, brasileiros e internacionais, que proporcionarão a todos os nossos congressistas, o maior e melhor momento de reflexão organizado no Brasil, sobre as políticas públicas em energia.

Agradeço, de forma carinhosa, nossos patrocinadores. Tractebel, CPFL, E-com, Bolt, Comerc, Light e MPX fazem parte da elite empresarial do setor de energia. Seu apoio a esse Encontro expõe o comprometimento de todas essas empresas com todos vocês, com a indústria e com o Brasil.

Agradeço meus colaboradores no departamento de Infraestrutura da Fiesp. Equipe coesa, talentosa e dedicada que não mediu esforços para organizar esse Encontro.

Agradeço, de forma especial, a todos vocês, que atenderam o convite da FIESP, para este 13º Encontro Internacional de Energia, este ano correalizado pela FIRJAN. O propósito das duas entidades é o de proporcionar uma rica experiência profissional e, acima de tudo, promover a cidadania, buscando a participação de todos na construção de um Brasil dotado de políticas energéticas que sirvam a toda a população no presente, e às gerações que nos sucederão.

Senhoras e Senhores:

O Governo Federal manifesta a intenção de lançar um pacote de obras de infraestrutura para destravar o crescimento da economia brasileira, agora afetada pela crise internacional.

Parece que esse Governo teria superado preconceitos contra a participação da iniciativa privada na expansão da infraestrutura brasileira. O que é positivo. Mas é bom esperar para ver.

A formulação das políticas públicas no setor de infraestrutura está contaminada por sucessivos erros estratégicos cometidos no Brasil.

Em 2011, o Ministério dos Transportes ruiu em função do peso insustentável da corrupção endêmica, facilitada pelo regime de contratação direta de obras públicas.

A contratação direta de obra pública é o instrumento mais flexível para promover aditivos contratuais, que duplicam preços iniciais de obras e resultam em metade da qualidade desejada.

Desde então, o Brasil assiste à quase paralização da ampliação da malha rodoviária. Para completar a sua obra, o Governo esquartejou o Ministério dos Transportes.

Para que alguma coisa acontecesse nos portos e nos aeroportos, foram criados outros dois ministérios.

A ANTT assumiu o papel de ministério das ferrovias. A Antaq assumiu a responsabilidade da expansão da malha hidroviária. Mas continua deitada em berço esplêndido.

Este caos seria equivalente a limitar o Ministério de Minas e Energia a construir apenas hidrelétricas, para então o governo criar uma secretaria especial de energia eólica e, outra, de biocombustíveis; mais um ministério do petróleo; e uma agência reguladora do gás; outra agência da energia solar, e mais outro ministério de energia nuclear. Sem nos esquecermos da provável necessidade de um Comitê de Monitoramento Interministerial para o Desenvolvimento Integrado da Energia Maremotriz.

Ao contrário, todo o setor de energia elétrica está consolidado em um só ministério. Sua expansão está ancorada no único exemplo de planejamento continuado, em vigor no Brasil, sob a responsabilidade da EPE. Este planejamento, que garante previsibilidade mínima de 10 anos, revistos todos os anos com a projeção dos próximos 10, condiciona a contratação da expansão da oferta, por meio de leilões públicos, que tem garantido ampla participação do setor privado, que nos últimos anos foi responsável por mais de 70% dos investimentos na área.

Mesmo as empresas de controle estatal, estão submetidas à competição com o setor privado, atuando em consórcio quase sempre. O modelo de licitação não é oneroso, no qual a arrecadação do Estado ganha e a população perde, mas por menor tarifa, que é poderoso instrumento para garantir a modicidade dos preços e a competitividade do custo de infraestrutura no Brasil.

O arranjo completo deste modelo do setor elétrico, estabelecido em 2003, foi patrocinado pela então Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff.

Há dois anos, abro o Encontro de Logística e Transportes da FIESP, realizado no mês de maio, na presença de Ministros do setor, pedindo que Presidenta Dilma converse com a Ministra Dilma.

Estamos caminhando para o fim da primeira metade de seu mandato, sem que este diálogo aconteça. O que é triste e também trágico.

O setor de transportes precisa da integração racional da utilização dos seus diversos modais. Ele precisa de lógica, isto é, logística.

A expansão dos aeroportos e portos não está articulada com a expansão rodoferroviária necessária para seu abastecimento e escoamento de cargas e passageiros.

A expansão dos modais ferroviário e rodoviário não obedece a qualquer lógica de planejamento integrado.

O Brasil ainda transporta sua produção de etanol por meio de caminhões movidos a diesel, já que nenhum projeto de alcoolduto saiu do papel.

Nossas poucas hidrovias, apesar da abundância de rios navegáveis, transportam pequena quantidade de carga e o planejamento de sua expansão está em conflito com a utilização dos recursos hídricos no setor de energia elétrica.

No saneamento, o Governo é pródigo em anunciar a disponibilização de bilhões de reais, que são abandonados ao esquecimento por falta de projetos e confusão jurídica.

Em telecomunicações vendemos aparelhos e chips e deixamos para trás a infraestrutura para prover o serviço.

De candidato a provedor mundial de etanol, amargamos agora o papel de importadores.

Fomos informados, por sua corajosa presidente, que a maior empresa do Brasil, a Petrobrass, surpreende com aumentos exponenciais do valor das suas obras e é incapaz de fazer a gestão do cronograma de seu plano de negócios em refino, aqui também nos condenando, temporariamente, à posição de importadores de derivados. Isto num país no qual os modais rodoviário e ferroviário respondem por mais de 80% da matriz de transporte de carga.

Após 14 anos de concessões para a expansão da malha de distribuição de gás canalizado, atingimos a cobertura de 2 milhões e cem mil domicílios, num total de mais de 57 milhões. Menos de 4%. No parque industrial brasileiro, estimado em 310 mil indústrias, o gás canalizado já chega em 2.800. Menos de 1%.

A superação desses e de tantos outros problemas não repousa nas mãos do Governo e tampouco dos candidatos a concessionários. Ou a sociedade brasileira, como um todo, arquiteta um modelo de desenvolvimento da infraestrutura que atenda aos interesses estratégicos do país, atendendo os interesses dos consumidores, ou a infraestrutura não deixará de ser apenas um balcão de negócios e de arrecadação tributária.

Como já dissemos anteriormente, em energia elétrica, desde 2004, o Brasil contrata os projetos e serviços por menor tarifa. O mesmo critério foi adotado nas rodovias federais. Entretanto, o Governo é inepto para fazer cumprir o plano de investimentos dos concessionários.

Na abertura da gestão de aeroportos à iniciativa privada, o Governo da Presidenta Dilma adotou o critério de concessões onerosas, na contramão do que fez Dilma enquanto Ministra de Minas e Energia, no setor elétrico, e na contramão do que fez Dilma enquanto Ministra da Casa Civil, nas rodovias federais.

O que se viu na primeira leva de leilões de gestão dos aeroportos foi a marca de um Governo que não sabe calcular os negócios que oferece.

O valor mínimo de outorga calculado pela Anac, estabelecia previamente o quinhão do Governo Federal, com base nas projeções do resultado da concessão em todo seu período de duração.

Após martelar modelagens econométricas, a Anac e a Secretaria de Aviação Civil estabeleceram como valor inicial de outorga: para Guarulhos, 2,29 bilhões de reais; para Viracopos, 521 milhões de reais; e para Brasília, 75 milhões de reais.

Por via das dúvidas, o TCU resolveu checar. Usando a mesma modelagem, o Tribunal passou um sabão público no Governo, corrigindo os valores iniciais da Anac: Guarulhos subiu para 3,81 bilhões de reais, um aumento de 66%; Viracopos foi levado para 1,74 bilhão de reais, um aumento de 234%; e Brasília disparou para 761 milhões de reais, aumento de 915%.

Aluno teimoso, o Governo quis dar a última palavra, publicou edital reduzindo os valores do TCU: Guarulhos baixou 11%, para 3,4 bilhões de reais; Viracopos baixou 14,4%, para 1,5 bilhão de reais; e Brasília baixou 24%, para 582 milhões.

Finalmente, no leilão, veio a público o Senhor Mercado para dar seu veredito.

Guarulhos foi arrematado por 16,21 bilhões de reais, 366% maior que o edital. Comparado com o primeiro valor estabelecido pela Anac, o ágio foi 607%.

Viracopos foi arrematado por 3,82 bilhões de reais, 160% maior que o valor do edital. Quanto à primeira conta da Anac, o ágio foi 633%.

Brasília foi arrematado por 4,5 bilhões de reais, 673% maior que o edital. Comparado com o valor inicial da Anac, o ágio foi 5901%.

No setor elétrico, o problema é o mesmo, com sinal invertido, já que se observa a exuberância do deságio. Nos últimos 2 anos, a construção e operação de projetos bilionários de linhas de transmissão foram concedidos com deságios que se aproximaram de 60%.

Na geração, o consórcio vencedor da usina de Santo Antônio arrematou o projeto com deságio de 22%. O de Teles Pires, com deságio de 33%. E o de Jirau bateu os 35%.

Esse é um quadro que atesta a falência da capacidade técnica dos órgãos de governo.

Os ativos de rede em infraestrutura operam, via de regra, na condição denominada como monopólio natural. Não é economicamente sustentável construir malhas paralelas de distribuição e transmissão de energia elétrica, de distribuição de gás, rodovias, ferrovias, dutovias, hidrovias, redes de saneamento, etc. Portanto, aparentemente, não é possível estabelecer concorrência entre diversos agentes econômicos na expansão, operação e manutenção das redes de infraestrutura.

Faz parte da literatura internacional a definição que um órgão regulador buscará um modelo econômico que estabelecerá uma tarifa ao concessionário amais próxima possível de uma hipotética situação de mercado, isto é, uma tarifa que se aproxime do eventual preço resultante da concorrência.

Quando um governo estabelece a tarifa teto, ou o valor de outorga, para a prestação de um serviço, incluindo ou não o custo da construção do ativo, ele deveria ser capaz de estabelecer condições iniciais muito próximas ao resultado final do leilão.

Assim, ágios e deságios que superem os dois dígitos não apontam para o sucesso ou insucesso de um leilão. Eles atestam a incompetência do Estado no manejo do conhecimento científico, para simular as condições de mercado.

O quadro não é estarrecedor apenas no Governo Federal. A incompetência da Arsesp também é reconhecida com case que ultrapassa fronteiras. Se não, vejamos: a Comgás tem sua margem máxima estabelecida pela agência estadual. Este concessionário tem operado com descontos de até 30% na sua margem de comercialização. Diante de tamanha frouxidão regulatória, impõe-se a pergunta: quem regula o preço do gás no Estado de São Paulo? A agência ou o concessionário?

Nas últimas semanas, a Anatel percebeu que o aumento do número de clientes de celulares não era acompanhada pela ampliação da infraestrutura para a prestação dos serviços. E estabeleceu rigorosa penalidade suspendendo a comercialização de novos aparelhos e linhas.

O critério técnico, inacreditável, utilizado pela Anatel para estabelecer os mercados nos quais vigoraria a suspensão, foi o número de reclamações registradas nos serviços de atendimento ao consumidor.

Após a apresentação dos planos de investimento na expansão da infraestrutura, ainda inacreditavelmente, a Anatel suspendeu a suspensão e tudo voltou ao normal.

A regulação tradicional seria diferente. Os investimentos na infraestrutura deveriam ser prévios às queixas dos consumidores e simultâneos à ampliação do mercado. A agência deveria fiscalizar a consecução dos investimentos para evitar o caos na prestação dos serviços. Entretanto, no Brasil talvez se tenha inaugurado uma nova modelagem de regulação, nunca antes pensada na história desse planeta.

Tão grave quanto a regulação inepta é a ausência total de regulação. O monopólio do gás natural não é natural, mas construído. O Brasil não tem política pública de regulação do preço do gás natural, que é estabelecido por política interna exclusiva da Petrobras. A Petrobras é ainda detentora exclusiva dos direitos de importação do gás da Bolívia.

A ANP tem competência limitada à regulação do preço do transporte, sem poder interferir na formação do preço da molécula. O regime de monopólio de fato no abastecimento do gás é exercido pela Petrobras, sem interferência de qualquer órgão público.

Os planos de negócio da Petrobras, nos últimos anos, alocam os maiores volumes de gás, resultantes da expansão da oferta, para reserva da geração térmica. Nenhum aumento do volume de gás disponibilizado às distribuidoras, que atendem ao mercado industrial, está previsto.

Com o pré-sal, o Brasil duplicará a oferta interna de gás. Cabe aqui perguntar o que é mais estratégico para o Brasil: alocar o excedente de produção de gás na geração térmica ou no uso

industrial? Um país com potencial hídrico ainda por aproveitar superior a 100 GW deve prever que percentual de geração térmica a gás natural para a segurança do setor elétrico? Um país com a vocação industrial do Brasil pode prescindir de uma política de gás natural voltada à sua indústria? E a pergunta mais importante: quem responderá às perguntas anteriores?

Tão ruim quanto a regulação incompetente, e a ausência de regulação de monopólios, é a ação de lobbies que buscam eliminar o princípio da concorrência nos leilões do setor elétrico, vendendo a ideia de leilões regionais e por fontes específicas. Alertamos aqui, no ano passado, que as fontes alternativas a serem adotadas no Brasil devem ser competitivas em relação à hidroeletricidade. O consumidor brasileiro não deve pagar por uma energia mais cara pela simples satisfação dos interesses de lobbies organizados. As autoridades federais têm resistido, até aqui, a esta proposta inábil. Esperamos que continuem assim.

O Governo tem trabalhado com dedicação para eliminar a concorrência nos serviços portuários. Operadores de terminais privados, ao amortizarem seus investimentos, passaram a oferecer serviços em concorrência com os operadores privados dos portos públicos. Ao invés de estimular a competição, o Governo impôs regulação que inibiu a queda dos preços dos serviços.

Nos portos, há alguns meses atrás, o Governo anunciou que não admitiria a prorrogação dos contratos de concessão dos operadores privados. Em absoluta coerência à sua política errática, os jornais da última semana dão conta que o Governo já admite a prorrogação dos contratos, com o objetivo inquestionável de promover a redução da competitividade de nossas exportações.

Como quando finda um contrato de concessão, nos posicionamos pela realização de leilões pelo critério da menor tarifa, por meio dos quais a sociedade pode usufruir da melhor oportunidade de contratação de serviços públicos.

Senhoras e senhores,



Nem tudo está perdido. A ANTT corrigiu, no final do ano passado, a grave distorção na modelagem de concessão ferroviária adotada nos anos 1990. Apesar do aumento de volume e do peso específico do setor ferroviário na matriz de transportes do Brasil, os operadores subordinaram a manutenção da malha sob sua gestão aos trechos utilizados no transporte de cargas de produtos de interesse dos grupos econômicos que controlam essas concessões. A parte do ativo público em concessão, sem interesse comercial para essa atividade, foi simplesmente sucateada.

O erro primordial foi atrelar a operação do tráfego à operação e manutenção do leito ferroviário. Se o modelo adotado nas rodovias, restringisse o direito de tráfego ao concessionário, equivaleria a obrigar todos usarmos automóveis, ônibus e caminhões de propriedade do concessionário, para trafegar na sua área de concessão.

A coragem de Bernardo Figueiredo, ex-diretor geral da ANTT, mudou essa situação, abrindo a malha ferroviária a diversos operadores e viabilizando o direito de passagem de uma área de concessão para outra. Além disso, instituiu o controle de preços de fretes.

O mesmo aperfeiçoamento regulatório, o Brasil precisa na energia elétrica e no gás natural. É fundamental separarmos o agente responsável pelo investimento na expansão e pela operação e manutenção da malha daqueles autorizados a comercializar energia elétrica e gás natural por meio dessas mesmas malhas de distribuição.

Este é o princípio do mercado livre, modelagem atualmente quase exclusiva para garantir a pouca competitividade dos grandes consumidores de energia.

O mercado livre precisa ser expandido, bem como seu princípio de competição estendido ao mercado mais amplo de distribuição. A concorrência deve beneficiar a toda a indústria, não apenas aos grandes consumidores, bem como a toda atividade econômica e toda a população.

Diminuir os limites de acesso e permitir a comercialização de excedentes, dentro de prévios critérios, são medidas urgentes e necessárias para a competitividade da produção industrial brasileira.

Senhoras e senhores,

No Brasil impera também a regulação impotente, isto é, aquela que aponta, mas o concessionário não cumpre. Esta é a relação da Aneel com a Eletrobras.

O Tribunal de Contas da União publicou Acórdão em 25 de julho de 2012, analisando a fiscalização da Aneel quanto à gestão da Reserva Global de Reversão – RGR pela Eletrobras.

A RGR é uma poupança do consumidor, recolhida todo mês na conta de luz, desde 1957, destinada a indenizar concessionários, cujos investimentos não tenham sido amortizados, ao final do contrato de concessão.

O TCU constata a regulação inepta da Aneel sobre a Eletrobras, que a partir de 1971 passou a gerir esse encargo setorial. O TCU aponta que, em agosto de 2011, o saldo do fundo era de 19,1 bilhões de reais. Destes, a disponibilidade imediata aplicada no Banco do Brasil era de 10,5 bilhões de reais e os restantes 8,6 bilhões de reais constituídos por saldos a receber de financiamentos.

Na esmagadora maioria das vezes, os empréstimos efetuados pela Eletrobras, com saldo da RGR, vão para empresas do próprio grupo. O TCU verifica que a Aneel aponta, ainda que sem efetividade, para situações de prorrogação de dívida indefinidamente e, sempre de acordo com o TCU, por apropriação indevida por parte da Eletrobras de centenas de milhões de reais a título de comissão de reserva de crédito, sem o devido repasse para a conta específica da RGR.

Estarrecedora é a revelação do TCU que, em negociação engendrada entre o Tesouro Nacional e a Eletrobras, em 1998, o saldo da RGR de aproximadamente 8 bilhões de reais desapareceu. A Eletrobras zerou, naquela data, sua dívida com a RGR oferecendo ao Tesouro recebíveis de Itaipu que vencem até 2023. O TCU constata que o saldo destes recebíveis não está sendo e não será revertido ao saldo da RGR.

Como medida do descalabro, o TCU calcula que se o valor desaparecido do fundo, somado ao saldo atual, fosse corrigido por juros simples de 5% ao ano, a poupança do consumidor na RGR

seria, em dezembro de 2010, de 31,1 bilhões de reais. Caso o saldo hipotético fosse corrigido pelo IPCA, o fundo deveria ter em caixa 35,5 bilhões de reais. Do bolso do brasileiro sumiram 13,6 bilhões de reais ou 17,5 bilhões de reais.

Não espanta que autoridades do setor elétrico afirmem, peremptórias, que o saldo do RGR não será suficiente para a reversão dos ativos que vencem a partir de 2015.

Ainda citando o Acórdão do TCU: “verificou-se que a União... apropriou-se de uma reserva constituída... por valores embutidos nas tarifas de energia elétrica, cuja finalidade precípua é a de prover recursos para a reversão dos ativos e expansão do setor elétrico”.

Finalmente, o Acórdão do TCU determina que se constitua processo para que sejam realizadas audiências dos presidentes da Eletrobras responsáveis pela gestão dos recursos da RGR, além do atual gestor, para no prazo de 15 dias, apresentem as respectivas razões e justificativas acerca das irregularidades especificadas.

Senhoras e senhores,

A Aneel vem dando demonstrações da parcialidade das suas decisões. Recorrer à história recente nos ajudará a compor o quadro completo da gravidade da situação.

Durante o processo de revisão tarifária das distribuidoras, a Fiesp combateu a decisão absurda da Aneel, que prejudicou todos os brasileiros, para beneficiar apenas as distribuidoras.

Na determinação da taxa de remuneração das distribuidoras, a Aneel deveria prever o custo de capital para o ciclo tarifário vindouro, isto é, os próximos 4 anos. O primeiro elemento a ser considerado no cálculo é o rendimento do que se convencionou chamar taxa livre de risco, isto é, o rendimento do *Treasury Bond* americano. É de conhecimento universal que as taxas de juros nos Estados Unidos chegaram a níveis próximos a zero, e que a expectativa no curto prazo é que se mantenham assim.

O correto seria a Aneel tomar como base a média dos últimos 4 a 5 anos para projetar os próximos 4 ou 5 anos. Entretanto, para forçar a conta a favor das distribuidoras, a Aneel, arbitrariamente, retrocedeu 16 anos na medição da série histórica para inflar uma taxa que

tinha um rendimento muito maior no passado do que nos últimos anos. Apenas nesta parte da conta a Aneel inflou em 25% o rendimento do *treasurybond*.

Mais escandaloso ainda foi o critério adotado para a avaliação do Risco Brasil. Todos sabem também, e isso inclui até os diretores da Aneel, que o risco soberano do Brasil despencou a partir do momento em que o país foi graduado como *investment grade*. Dando mais uma contribuição à rentabilidade das distribuidoras e aumentando a tarifa de energia de todos os brasileiros, a Aneel não considerou, também neste caso, a média dos últimos 4 ou 5 anos. Aqui ela retrocedeu 11 anos no tempo, aumentando em 90% esse componente.

Os brasileiros assim foram brindados com um acréscimo construído de bilhões de reais na sua conta de luz.

Algo que interessa diretamente à população de São Paulo é a tarifa da Eletropaulo. Na média, 36% da tarifa são referentes ao custo de compra de energia. Deste montante, 36% é energia comprada fora do sistema de leilões, por meio de contratos bilaterais com a geradora Tiete.

O preço médio da energia comprada em leilão, em 2011, foi de 88 reais por MWh. Já o preço médio da energia da Tiete é de 174 reais por MWh. Devemos esclarecer que não se trata de uma política irracional, como aparenta ser. Afinal de contas, os consumidores da AES Eletropaulo estão premiando os acionistas da AES Tiete. Esta é uma forma de inflar a tarifa em quase 7%, o que praticamente anulou a redução tarifária arbitrada pela Aneel.

Outro exemplo de regulação contra os interesses do consumidor diz respeito a questão levantada pela Câmara dos Deputados e pelo TCU quanto a receita indevida de encargos setoriais a energia distribuída em todo Brasil. Anos a fio as distribuidoras obtiveram uma receita que deveria, por Lei, ter sido devolvida aos consumidores, o que nunca aconteceu.

Nesse caso, a ginástica regulatória ultrapassou todos os limites. A Aneel obrigou todas as distribuidoras a assinarem aditivos contratuais para cessarem essa apropriação de recursos do consumidor. Entretanto, o montante apurado de 7 bilhões de reais que o TCU e a Câmara dos Deputados entendem deve ser devolvido aos consumidores, sumiu das considerações da Aneel.

Com tantos exemplos, e fique claro que não exaurimos a nossa lista, cabe perguntar: a Aneel regula o quê? A Aneel está a serviço de quem?

Senhoras e senhores,

Descrevi até aqui o quadro realista, apesar de aterrorizante, das políticas públicas que impedem o desenvolvimento da infraestrutura brasileira e minam toda a competitividade da economia do país.

Corrupção, dispersão administrativa, autoridade regulatória assumindo o papel de formulador de políticas, ausência de planejamento, ausência de estratégia na expansão dos ativos, incompetência no cálculo de avaliação dos negócios concessionados, subordinação dos interesses públicos aos monopólios estatais, valorização dos interesses dos concessionários em detrimento dos interesses dos consumidores, atraso nos aperfeiçoamentos regulatórios, não promoção da concorrência, são as principais características da infraestrutura brasileira.

Ontem, os jornais anunciaram que o pacote de transportes terá o pomposo nome de “Plano Nacional de Logística Integrada”. Podemos antecipar que, sem diagnóstico, o Governo não sabe onde estamos. Sem planejamento, o Governo não sabe para onde vamos. Sem estratégia, o Governo não sabe como vamos.

Senhoras e senhores,

O pacote tem também o objetivo de embrulhar a re-prorrogação das concessões do setor elétrico.

A Fiesp lançou aqui no Encontro de Energia, no ano passado, a campanha “Energia a Preço Justo”. Esta iniciativa colocou no centro das atenções do país a competitividade roubada do preço da energia brasileira.

Quando lançamos nossa Nota Técnica sabíamos que ela encontraria forte resistência, por contrariar grandes interesses. Surpreendentemente, no campo da argumentação técnica e jurídica, a oposição foi pífia. Ao contrário, teses que a Fiesp defendia, solitária no início dessa campanha, tiveram mérito de cutucar a eclosão da verdade.

Revelamos ao país que a Lei não permitia a re-prorrogação das concessões. Os concessionários diziam ter esse direito previsto em contrato. Ninguém mais discute essa questão.

Revelamos ao país que o custo médio da geração hidroelétrica de um MWh de energia situava-se abaixo dos 7 reais. Nosso Vice-ministro de Minas e Energia carimbou a tese declarando que o custo de operação e manutenção de uma usina hidroelétrica no Brasil não ultrapassa os 2% do preço corrente da energia, ou seja, menos de 2 reais.

Revelamos ao país que a tese de que não havia tempo para a realização dos leilões não se sustentava. Hoje, nosso Ministro de Minas e Energia não compreende a pressa e atesta que há muito tempo para resolver o problema.

Revelamos ao país que o provável preço médio resultante dos leilões de geração poderia se situar na faixa dos 20 reais por MWh. Uma das mais experientes consultorias do setor, contratada pelos concessionários, chegou à conta de 30 reais por MWh, em estudo que não foi divulgado ao público.

Revelamos ao país que a provável redução da tarifa de transmissão alcançaria os 80%. Hoje, a expectativa de redução de preços na transmissão de Flávio Decat, presidente de Furnas, um dos homens mais respeitados no setor elétrico brasileiro, é de uma redução na casa dos 50%.

Revelamos ao país que o cumprimento da Lei e a realização dos leilões pelo critério da menor tarifa levariam a uma economia no preço da energia de 1 trilhão de reais, beneficiando toda a população. Hoje, ninguém mais duvida que a conta de luz vai baixar.

Revelamos ao país que a população brasileira já havia terminado de pagar as prestações da construção dos ativos do setor elétrico cujas concessões vencem a partir de 2015. Revelamos ao país que a população brasileira tem o direito de ter revertida a seu favor a maturidade dos ativos amortizados. Um ano após a Presidenta Dilma Rousseff declarou em 28 de julho de 2012: *"Nós todos, brasileiros, já pagamos uma parte das nossas hidrelétricas. Então, elas estão amortizadas. Nós queremos devolver isso por meio de uma redução do custo da energia"*.

O Governo Brasileiro tem testado a população, plantando balões de ensaio na mídia, com as soluções mais esdrúxulas para enfrentar o tema. A Fiesp apontou para a oportunidade que o vencimento das concessões abria para enfrentarmos o preço da energia. O Governo procurou deslocar a discussão para a carga tributária e encargos e para a desindexação dos preços da energia.

A indústria combate há anos a alta carga tributária incidente sobre a energia, sobre toda a infraestrutura e sobre todos os produtos que ela mesmo produz. O Governo quer discutir redução da carga tributária e dos encargos setoriais em energia? Pois bem, basta marcar hora e lugar que estaremos presentes.

Os preços da indústria estão desindexados desde 1994, há quase 20 anos, após o plano real. O Governo quer discutir a desindexação dos contratos de energia elétrica? Pois bem, basta marcar hora e lugar que estaremos presentes.

O que as autoridades e agentes do setor elétrico não querem discutir é o preço da energia. Esse é o tema da campanha da Fiesp. Reiteramos aqui que estamos apenas aquecendo nossos motores.

O Governo ensaia uma redução de pouco mais de 10% na tarifa, reduzindo alguns encargos setoriais e, em complementação, uma pequena redução no preço da energia.

Este é um Governo que acha que pode tudo, inclusive pretende que celebremos a extinção da RGR, o encargo que apenas há 2 anos atrás era fundamental para sustentar o setor elétrico e que foi recriado para vigir mais 25 anos.

Diante de tanta bondade, questionamos: E quanto ao saldo da RGR, o Governo pretende que a população se esqueça? Ou o Governo pretende devolvê-lo? Após o Acórdão do TCU, o Governo pretende devolver os 10 bilhões de reais disponíveis, os 17 bilhões de reais do saldo contábil ou os 35 bilhões de reais que a população depositou no fundo?

Da nossa parte, dispensamos a devolução e a extinção da RGR. Exigimos a aplicação do fundo na finalidade para o qual ele foi criado, isto é, a indenização dos concessionários por eventuais

investimentos não amortizados. Mantemo-nos firmes e irredutíveis na reversão dos ativos ao final das concessões e na realização dos leilões.

Outro ponto peculiar da proposta do Governo dá conta de atribuir à Aneel a negociação com os concessionários dos níveis de descontos nos preços de seus serviços.

Desde o final de 2011, a Aneel tem em seu poder a visão dos concessionários sobre a amortização de cada um dos ativos, o que não aparece discriminado em seus balanços. Ao não informar a sociedade sobre o nível de amortização dos ativos, a Aneel reafirma a prática de regulação secreta.

A Fiesp exigirá ampla publicidade e discussão sobre os critérios de amortização que a Lei obriga a Aneel divulgar. Exigiremos amplo e transparente processo de consultas públicas para que o consumidor participe efetivamente desse processo. Exortaremos a participação ativa do TCU nessa discussão, para que o Tribunal, tecnicamente, oriente e julgue sobre a conformidade e a legalidade dos processos em curso.

Não nos parece razoável que em país no qual a inépcia do regulador provoca ágios de 5901% e deságios de 60% nos negócios que oferece mediante concessão, possamos confiar à agência reguladora o papel de negociador dos patamares de desconto nos preços de energia.

A inépcia do regulador brasileiro é uma das razões mais veementes para que a solução dessa questão seja submetida aos leilões públicos. Apenas por meio destes, o povo brasileiro poderá ter segurança do preço justo de sua energia.

Senhoras e senhores,

O Governo Federal pretende editar medida provisória prorrogando as concessões do setor elétrico, o que no caso da geração e transmissão favorece apenas 5 empresas.

Felizmente, nossa Constituição não dá margem ao Governo para essa aventura política. A administração pública brasileira, assim reza a Carta Magna, deve basear-se nos princípios da impessoalidade, da eficiência e, especialmente, da isonomia e da igualdade.



Uma Lei, mesmo que emanada de maioria política do Congresso Nacional, que atente contra esses princípios, será considerada inconstitucional.

A Constituição Brasileira obriga a contratação de serviços públicos mediante processo licitatório, isto é, por rito lícito.

A Ministra Carmem Lúcia, do STF, assinala: “A prorrogação não pode mascarar uma nova concessão, para cuja outorga há que se passar pelas fases obrigatórias, inclusive pela escolha impessoal da concessionária...”.

Legislação com destino certo, que beneficie agentes previamente conhecidos, será reconhecida como casuística e inconstitucional.

Segundo o Ministro Gilmar Mendes, do STF, Lei casuística é aquela que dá “tratamento discriminatório ou arbitrário, seja para prejudicar, seja para favorecer. Resta evidente, assim, que a elaboração de normas de caráter casuístico afronta, de plano, o princípio da isonomia”.

Neste último ano, o Brasil mudou por conta da conscientização da campanha “Energia a Preço Justo”. Os consumidores e a população despertaram para a satisfação dos seus direitos.

A Fiesp e a Firjan representam empresas responsáveis por mais de 75% do produto industrial brasileiro. Representamos as grandes indústrias, as médias indústrias e as pequenas indústrias. Assim, representamos os grandes consumidores, os médios consumidores e os pequenos consumidores de energia. Não podemos nos dar ao luxo de defender causas que satisfaçam o interesse de pequenos grupos.

No caso da Diretoria da Fiesp, presidida por Paulo Skaf, estamos subordinados ao princípio que orientou nossa eleição: a indústria a serviço do Brasil. Por esta razão, a Fiesp manterá o curso de sua luta, que busca satisfazer direitos de toda sociedade brasileira, aí incluída sua indústria.

A intenção do Governo é casuística e imoral. Ela busca a satisfação do interesse de poucas empresas estatais e seus acionistas privados, em prejuízo do interesse difuso da população.

O Governo tem ciência da inconstitucionalidade de sua intenção. Provavelmente inspirado no Presidente José Mujica do Uruguai, que justificou as recentes decisões no âmbito do Mercosul, com a máxima: “o político suplanta o jurídico”, nosso Governo prepara grande aventura que tem o poder de comprometer a segurança jurídica e a ordem constitucional.

A sociedade brasileira pode contar com a Fiesp, em todas as trincheiras, políticas e jurídicas, para resistir a essa ameaça.

Muito Obrigado.

**Carlos Cavalcanti**

**Diretor-titular, Departamento de Infraestrutura (Deinfra) da Fiesp**